

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE POUSO ALEGRE- MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCELO MARQUES**



Lei de Criação nº 6.563, de 19-9-1978

Data da instalação: 18-6-1980

Data de implantação do PJe: 22-9-2014

Jurisdição: Pouso Alegre, Albertina, Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Inconfidentes, Itapeva, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz, Ouro Fino, São João da Mata, Senador Amaral, Senador José Bento, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo e Turvolândia

Edital de Correição divulgado no DEJT em 7-8-2026, p. 4.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 17-10-2025

Às 9 (nove) horas do dia trinta e um de agosto de 2026, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à correição ordinária presencial no âmbito da 1ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre, situada na Avenida Coronel Armando Rubens Storino, 2715 - Residencial Santa Rita Li, nos termos do art. 682, XI, da CLT, do art. 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e do art. 29, I, do Provimento CGJT n. 4/2023.

Presentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marcelo Marques**; a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Josiane Nunes Alves**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Kelen Maria de Oliveira; os servidores Eriko Scarelli da Silva, Francisco Vitta Firmino, Henrique Malaquias do Prado e Paula Fabiana Ferreira; os estagiários Leonardo da Silva Cardoso e Sabrine Michely Guimarães Oliveira.

Participaram, de forma remota, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, os servidores André Alves Barbosa e Leonardo Nunes Cosendey.

Ausentes as servidoras Eleonor da Silva Raymundo, em licença para acompanhamento de familiar (mãe) e Tatiana Duarte Alcântara, em férias regulamentares. Ausente os estagiários Gabriela Nunes Openheimer e Vinicius Pereira Rezende.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.379 processos, distribuídos neste ano até o dia 9-8-2026, apurando-se a média de 9,85 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 9-8-2026, 65 cartas precatórias, dentre elas, 24 executórias. Das recebidas em 2026, 48 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 838 processos na Instância Superior, sendo que desses 426 processos foram remetidos neste ano até o dia 9-8-2026.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

1.4. PROCESSOS COM O MERITÍSSIMO JUIZ DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO – Há 3 processos para minutar sentença e 3 processos, em minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 207 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 473 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 33 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 19 processos sobrestados.

Em consulta ao Sistema de Gestão de Precedentes (“NUGEP NACIONAL”), constatou-se que não há processos sobrestados com Tema já julgados, com incidentes de Repercussão Geral.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO

1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:

(de 1º-1-2026 até 9-8-2026)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	124
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	623
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	12

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	3
--	---

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 851 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 848 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 1 processo no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2026 até 9-8-2026.

No mesmo período no ano 2025, havia 1.020 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 706 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 4 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 310 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026 (dados apurados em 2026 até o dia 9-8)

Decisões na fase execução:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	17	64	74
02-FEVEREIRO	31	69	79
03-MARÇO	33	50	131
04-ABRIL	48	58	84
05-MAIO	25	83	81

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

06-JUNHO	68	82	95
07-JULHO	44	74	107
08-AGOSTO	59	98	42
09-SETEMBRO	47	90	
10-OUTUBRO	107	89	
11-NOVEMBRO	67	87	
12-DEZEMBRO	51	65	
Totais	597	909	693

Alvarás expedidos:

	2024			2025			2026		
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	SISCONDJ
01-JANEIRO	5	5	14	57	38	6	78	37	
02-FEVEREIRO	95	87	14	165	111	2	118	82	2
03-MARÇO	121	110	25	120	85	3	168	91	10
04-ABRIL	144	133	26	161	125	3	197	141	
05-MAIO	92	88	34	162	96		180	119	16
06-JUNHO	146	134	23	145	111		142	96	18
07-JULHO	225	219	66	196	123		260	170	
08-AGOSTO	172	170	37	84	49		56	43	
09-SETEMBRO	142	128	17	105	63				
10-OUTUBRO	213	106	19	101	66				
11-NOVEMBRO	82	82	13	162	115				
12-DEZEMBRO	62	51	10	162	91	1			

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Totais	1499	1313	298	1620	1073	15	1199	779	46
---------------	------	------	-----	------	------	----	------	-----	----

1.10. INCIDENTES PROCESSUAIS: de acordo com o sistema e-Gestão (item 90.111), dados de 9-8-2026, existem 65 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	44
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	21
Tutelas Provisórias Pendentes	0
Total	65

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 31-8-2026 havia 15 processos:

- a) una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 9 processos;
- b) instrução:** 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0011341-75.2026.5.03.0075, 0011348-67.2026.5.03.0075, 0011350-37.2026.5.03.0075, 0011358-14.2026.5.03.0075, 0011362-51.2026.5.03.0075, 0011364-21.2026.5.03.0075, 0011364-21.2026.5.03.0075, 0011391-04.2026.5.03.0075, 0011401-48.2026.5.03.0075, 0011387-64.2026.5.03.0075.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que os processos encontram-se em ordem.

2.1. PROCESSOS SOBRESTADOS; HTE- HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO; REUNIÃO DE EXECUÇÕES; PROCESSOS ARQUIVADOS; PROCESSOS - INCIDENTES PROCESSUAIS.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Exame dos autos dos processos 0011085-06.2024.5.03.0075, 0000344-58.2011.5.03.0075, 0010196-23.2022.5.03.0075, 0001450-89.2010.5.03.0075, 0010479-41.2025.5.03.0075, 0000832-76.2012.5.03.0075, 0000744-72.2011.5.03.0075, 0002204-26.2013.5.03.0075, 0011634-79.2025.5.03.0075, 0001964-08.2011.5.03.0075, 0000535-35.2013.5.03.0075, 0010203-44.2024.5.03.0075, 0010354-39.2026.5.03.0075, 0010136-11.2026.5.03.0075, 0010177-12.2025.5.03.0075, 0010779-66.2026.5.03.0075, 0010940-13.2025.5.03.0075, 0010662-46.2024.5.03.0075, 0010721-63.2026.5.03.0075, 0010092-89.2026.5.03.0075, 0010701-72.2026.5.03.0075, 0010610-79.2026.5.03.0075, 0011389-34.2026.5.03.0075, 0011188-42.2026.5.03.0075, 0011329-61.2026.5.03.0075, 0011243-90.2026.5.03.0075, 0010967-59.2026.5.03.0075, 0010037-41.2026.5.03.0075, 0010257-39.2026.5.03.0075, 0011902-36.2025.5.03.0075, 0011902-36.2025.5.03.0075, 0010567-79.2025.5.03.0075, 0010713-86.2026.5.03.0075, 0011827-94.2025.5.03.0075, 0010888-80.2026.5.03.0075, 0012108-50.2025.5.03.0075, 0010607-27.2026.5.03.0075, 0010266-98.2026.5.03.0075, 0011307-08.2023.5.03.0075, 0011307-08.2023.5.03.0075, 0011447-86.2016.5.03.0075, 0011146-27.2025.5.03.0075, 0055700-43.2008.5.03.0075, 0010002-23.2022.5.03.0075, 0010736-71.2022.5.03.0075, 0010315-47.2023.5.03.0075, 0010455-13.2025.5.03.0075, 0010992-48.2021.5.03.0075, 0011953-47.2025.5.03.0075, 0010918-57.2022.5.03.0075, 0010439-98.2021.5.03.0075, 0010657-53.2026.5.03.0075, 0011104-41.2026.5.03.0075, 0011137-31.2026.5.03.0075, 0011426-43.2026.5.03.0178, 0011466-43.2026.5.03.0075, 0011469-95.2026.5.03.0075, 0011470-80.2026.5.03.0075, 0011471-65.2026.5.03.0075, 0011472-50.2026.5.03.0075, 0010691-38.2020.5.03.0075, 0010781-70.2025.5.03.0075, 0011816-65.2025.5.03.0075, 0011114-66.2018.5.03.0075, 0010482-59.2026.5.03.0075, 0011134-47.2024.5.03.0075, 0011849-55.2025.5.03.0075, 0010699-05.2026.5.03.0075, 0000001-57.2014.5.03.0075, 0000624-58.2013.5.03.0075, 0011200-56.2026.5.03.0075.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010779-66.2026.5.03.0075, 0010610-79.2026.5.03.0075, 0010257-39.2026.5.03.0075: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

0011146-27.2025.5.03.0075: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id ea523ef (mais de 10 dias); ok

0055700-43.2008.5.03.0075: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 5797795 (mais de 5 dias -29-6-26); ok

0010002-23.2022.5.03.0075: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2d69cb6 (mais de 20 dias); ok

0010455-13.2025.5.03.0075: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2b8c053 (mais de 10 dias), Id fbc7faf (mais de 10 dias);

0000001-57.2014.5.03.0075: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 5fafa80 (mais de 10 dias).

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase Processual
0010105-25.2025.5.03.0075	Aguardando cumprimento de acordo	Execução
0010359-61.2026.5.03.0075	Aguardando audiência	Conhecimento
0010360-46.2026.5.03.0075	Aguardando audiência	Conhecimento
0010560-63.2020.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010645-25.2015.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010710-49.2017.5.03.0075	Aguardando prazo	Execução
0010749-17.2015.5.03.0075	Preparar expedientes e comunicações	Liquidação
0010883-10.2016.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011044-10.2022.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011724-87.2025.5.03.0075	Aguardando cumprimento de acordo	Execução
0011795-89.2025.5.03.0075	Aguardando prazo	Execução
0011989-89.2025.5.03.0075	Aguardando prazo	Conhecimento
0012103-28.2025.5.03.0075	Aguardando final do sobrestamento	Execução

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase Processual
0010023-62.2023.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0010024-47.2023.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010025-32.2023.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0010251-08.2021.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0010745-91.2026.5.03.0075	Aguardando prazo	Conhecimento
0010781-70.2025.5.03.0075	Aguardando prazo	Liquidação
0011008-02.2021.5.03.0075	Aguardando final do sobrestamento	Execução
0011182-35.2026.5.03.0075	Aguardando audiência	Conhecimento
0011487-19.2026.5.03.0075	Triagem Inicial	Conhecimento
0011619-47.2024.5.03.0075	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0012094-66.2025.5.03.0075	Aguardando prazo	Conhecimento
0028400-77.2006.5.03.0075	Aguardando prazo	Execução

2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS – De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se que a existência, na unidade judiciária, de débito(s) não efetivamente pago(s) em processo(s) arquivados e/ou a existência de saldo em conta(s) de processo(s) ainda ativo(s).

Em face disso, deverá a Vara do Trabalho adotar as providências necessárias, as quais abrangem, por exemplo, depósitos de valores de titularidade da parte autora, da União (custas e contribuições previdenciárias) e de peritos (honorários), entre outros, a fim de solucionar tal

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

pendência, em conformidade com o Despacho-Ofício nº GCR/327/2024, constante do Pedido de Providência n. 0000362-69.2023.2.00.0503, expedido pela Corregedoria Regional.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo/ordinário	49	39	34
Instrução processo eletrônico	162	146	113

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo	11	11	10 dias úteis (24/08/2026)
Procedimento Ordinário	26	10	19 dias úteis (04/09/2026)
Instrução	152	70	99 dias úteis (03/02/2027)

DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

Ano 2026, até o dia 9-8, com 140 dias de expediente forense:

	2026	Média dia/útil
Julgados procedentes	54	0,386
Julgados procedentes em parte	397	2,836
Julgados improcedentes	177	1,264
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	628	4,486
Extintos sem resolução de mérito	41	0,293
Arquivamento	125	0,893
Desistência	40	0,286
Outras decisões sem resolução de mérito	4	0,029
Total sem resolução de mérito	210	1,5
Decisões de conhecimento	838	5,986
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	254	1,814
Conciliações	373	2,664
Decisões de incidentes na liquidação/execução	84	0,6

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Total	1.580	11,286
--------------	--------------	---------------

Ano 2025, com 233 dias de expediente forense:

	2025	Média/dia útil
Julgados procedentes	81	0,348
Julgados procedentes em parte	783	3,361
Julgados improcedentes	272	1,167
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	1.143	4,906
Extintos sem resolução de mérito	48	0,206
Arquivamento	198	0,85
Desistência	61	0,262
Outras decisões sem exame de mérito	12	0,052
Total sem resolução de mérito	319	1,369
Decisões de conhecimento	1.462	6,275
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	350	1,502
Conciliações	699	3
Decisões de incidentes na liquidação/execução	125	0,536
Total	2.636	11,313

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da secretária, que as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

08h20min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as iniciais de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Informou, ainda, a Secretária da Vara do Trabalho, que a Unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV), e do Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC) e utiliza o acesso ao Sistema Garimpo.

Em atendimento ao artigo 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece, nesta unidade organizacional, todos os dias úteis da semana.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

Audiências realizadas em julho de 2026, com 23 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	26	1,13
Conciliação em execução	37	1,609
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	9	0,391
Inicial (rito ordinário)	197	8,565
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	119	5,174
Una (rito sumaríssimo)	152	6,609
Total	531	23,087

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026
(dados apurados em 2026 até o dia 9-8)

Audiências realizadas:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	89	118	158
02-FEVEREIRO	168	300	330
03-MARÇO	169	263	404
04-ABRIL	247	298	227
05-MAIO	230	303	477
06-JUNHO	187	319	490
07-JULHO	320	353	531
08-AGOSTO	255	303	47
09-SETEMBRO	256	501	
10-OUTUBRO	235	545	
11-NOVEMBRO	314	415	
12-DEZEMBRO	244	340	
Totais	2714	4058	2664

Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:

	Conhecimento			Execução			Liquidação		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026
01-JANEIRO	21	22	19		1	1	1	3	4
02-FEVEREIRO	41	67	48	7	3		2	3	8
03-MARÇO	41	49	82	4	8	5	5	6	17
04-ABRIL	40	60	33	14	10	6	3	9	16

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

05-MAIO	68	43	69	11	3	6	5	13	21
06-JUNHO	42	63	68	1	5	9	4	10	11
07-JULHO	67	73	74	12	6	12	6	13	12
08-AGOSTO	56	60	8	12	3	1	4	5	1
09-SETEMBRO	66	90		7	7		3	11	
10-OUTUBRO	48	85		6	9		2	12	
11-NOVEMBRO	61	72		6	4		8	14	
12-DEZEMBRO	37	51		2	3		5	11	
Totais	588	735	401	82	62	40	48	110	90

Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	52	93	98
02-FEVEREIRO	71	136	136
03-MARÇO	96	176	158
04-ABRIL	100	162	145
05-MAIO	133	77	191
06-JUNHO	108	165	235
07-JULHO	150	198	217
08-AGOSTO	136	180	31
09-SETEMBRO	157	309	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

10-OUTUBRO	159	268	
11-NOVEMBRO	155	215	
12-DEZEMBRO	106	182	
Totais	1423	2161	1211

Despachos:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	390	1146	1175
02-FEVEREIRO	636	1909	1943
03-MARÇO	714	1692	2460
04-ABRIL	902	1877	2192
05-MAIO	823	2040	2146
06-JUNHO	921	1730	2207
07-JULHO	975	2140	2816
08-AGOSTO	961	1808	457
09-SETEMBRO	881	2450	
10-OUTUBRO	999	2444	
11-NOVEMBRO	927	2503	
12-DEZEMBRO	755	1685	
Totais	9884	23424	15396

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Movimentação Anual de Processos			
	2024	2025	2026 até 9-8
Processos recebidos	1.602	2.004	1.379
Média por dia útil	6,788	8,601	9,85
Processos remanescentes do ano anterior	615	789	790
Sentenças anuladas	5	8	4
Total de processos para solução	2.222	2.801	2.173
Processos solucionados	1.423	2.161	1.211
Processos conciliados	552	699	373
Produtividade	64,041%	77,151%	55,729%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2025, houve um aumento de 25%. Quanto à produtividade, verificou-se que, em 2025, houve um aumento de 13,11% (valor absoluto).

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

MESOINDICADORES IGEST: (de 1º-1-2026 até 9-8-2026)

5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO: O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.

I01 – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2017	1	9
2021	1	5
2023	1	3
2024	3	2
2025	109	1
2026 – ano de referência	644	-
TOTAL	759	0,17

I02 – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	926

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	207

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	717

I03 – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
------	----------	-------------------	-------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	12

5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE: o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

I04 – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	1.209	120,979

I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	346	99,919
---	-----	--------

I06 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	596	761,007
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	9	1.021,333

5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento: representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

(fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	373
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.211

I08 – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

(fonte: e-Gestão)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	1.211
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.383

I13 – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.
(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	490
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	609

5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

I09 – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	926
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.283

I10 – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	717
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	567

5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

I11 – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.
(fonte: e-Gestão)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1.283
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	567
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9

I12 – Indicador Pendentes por Servidor: representa o total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.
(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	926
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	717
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO

Perfil da Vara do Trabalho		Pouso Alegre - 01a Vara		
Indicadores / Período de referência		4º trim 2025 01/01/2025 a 31/12/2025	1º trim 2026 01/04/2025 a 31/03/2026	2º trim 2026 01/07/2025 a 30/06/2026
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,07	0,49	0,25
	I02 - Pendentes	2.132	2.094	2.132
	I03 - Taxa de conclusos com o	0,00	0,00	0,00

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

	prazo vencido (%)			
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	163,28	150,42	138,48
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	454,45	523,71	497,66
	I06 - Taxa de conciliação (%)	38,89	39,74	37,31
	I07 - Taxa de solução (%)	107,41	102,00	106,05
	I12 - Taxa de extinção (%)	95,18	104,14	101,79
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	29,12	28,73	29,98
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	50,43	46,68	43,96
	I10 - Produtividade por servidor	369,56	397,56	414,67
	I11 - Pendentes por servidor	236,89	232,67	236,89
Meso	Acervo	0,35	0,40	0,38
	Celeridade	0,59	0,60	0,57
	Produtividade	0,40	0,36	0,32
	Congestionamento processual	0,57	0,50	0,46
	Força de trabalho	0,41	0,39	0,40
Macro	IGEST	0,4664	0,4504	0,4272

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Posição IGEST	86	77	65
Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

6. ARRECADAÇÃO

– Ano 2024

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$4.200.456,49	R\$1.118.938,38	R\$30.473.470,42

– Ano 2025

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$3.286.247,87	R\$858.803,16	R\$32.240.758,35

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a *Portaria 01/2014, que disciplina a delegação da prática de atos ordinatórios*.

8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que foram encontrados 5 excessos de prazo.

Foram encontrados 14 excessos de prazo em 2025.

Pje - Data de corte: 11-8-2026

Escaneamento de petições não apreciadas 28, mais antiga 31-7-26

Prazo vencido no sistema de Gestão Interna Gabinetes e Secretarias (GIGS): 411, mais antigo de 28-4-2026

Tarefa Prazo vencido do PJe 27, desde 11-8-26.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Obs.: Embora os processos estejam na Tarefa Prazo Vencido do PJE, encontram-se dentro do lapso temporal para a prática de ato processual estabelecido pela Corregedoria Regional.

10. Gestão Estratégica – Os resultados das metas 2025 estão disponíveis, para fins de conferência e acompanhamento, no seguinte endereço eletrônico:
<https://portal.trt3.jus.br/intranet/menu-tematico/servicos/analise-de-dados/links/metas-nacionais>

Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, menor que 40%.

Finalidade: aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, for menor que 40%.

A unidade atingiu o Índice de Processos Julgados (IPJ) de 105,89% e obteve Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (TCLC) de 28,08% (inferior a 40%, índice equivalente à cláusula de barreira).

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Finalidade: aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de Cumprimento: percentual de cumprimento da meta por período de referência =

(processos antigos julgados (2023) / (processos antigos distribuídos-2023 - processos suspensos no mês corrente que foram distribuídos na instância até 12/2023)) x (1000/9,4);

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

E

(processos antigos julgados (2020) / processos antigos distribuídos (2020) - processos que foram suspensos de 01/2025 até o mês corrente que estavam pendentes de julgamento em 31/12/2024, não suspensos em 31/12/2024 e que foram distribuídos na instância até 12/2020) x 100.

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Em relação ao primeiro critério, a unidade atingiu IPAJ de 99,83%, tendo alcançado um índice de cumprimento da meta de 106,21%.

Por seu turno, em relação ao segundo, atingiu o IPAJ de 100%, tendo alcançado um índice de 100% de cumprimento da meta.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação: aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Finalidade: aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se:

- O grau de cumprimento for igual ou superior a 100%;
- A unidade alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Mediante obtenção de Índice de Conciliação (IC) de 38,62, a unidade atingiu cumprimento de 71,47% da meta do período, estabelecida em 54,04%. Entretanto, por meio de referido IC, atingiu percentual superior à cláusula de barreira, estabelecida em 38%.

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a Taxa de Congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024.

Cláusula de barreira:

- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2025 $\leq$ 40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2025 $\leq$

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

65%

Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

Finalidade: aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- Os percentuais de TCLC e TCLEXNFISC forem inferiores ou iguais às cláusulas de barreira estabelecidas.

A Taxa de Congestionamento Líquida em 2025 da unidade foi de 29,46%, atingindo o cumprimento da meta em 122,68%, estabelecida em 36,15%.

A Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento da unidade foi de 28,08%, inferior à cláusula de barreira na fase de conhecimento estabelecida em 40%. Já a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução foi de 31,62%, inferior à cláusula de barreira da fase de execução fixada em 65%.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que seja realizada a autoinspeção ordinária, com periodicidade mínima anual, em cumprimento do Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024, nas unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Recomenda-se, também, que seja (m):

- 1) usados, como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Business Intelligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal>;
- 2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;
- 3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda “*aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária*”;
- 4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;
- 5) cumprido o Ofício-Circular N. GCR/45/2021, diligenciando naqueles processos arquivados definitivamente, após 14-2-2019, com depósitos judiciais/recursais, conforme art. 120 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, segundo o qual “*É condição para arquivamento definitivo do processo judicial, quando na fase de execução, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo*”;
- 6) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser atendida a norma veiculada pelo art. 764 da CLT, no sentido de que “*os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação*” (*caput*), frisando-se que “*os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos*” (§ 1º);
- 7) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

8) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

9) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação nº1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;

10) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE – PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (<https://portalcsti.trt3.jus.br/assysynet/#services/227>), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);

11) utilizada regularmente, pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT na tramitação dos processos, conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode ser acessada por meio do link (<https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se>), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em “Esqueceu sua senha?”, para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;

12) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 – Suspenso o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 - Suspenso o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 - Suspenso ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação).

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;
- 2) exarados os despachos quando do exame de documentos e do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) observado pela Secretaria, ao executar os atos processuais, o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 4) observados, pela secretaria, os prazos disposto pelo artigo 228, *caput*, do CPC, relacionados à conclusão dos autos (1 dia) e à execução dos atos processuais (5 dias);
- 5) os embargos/impugnações na fase de execução julgados no prazo do artigo 885 da CLT;
- 6) baixados os processos que se encontram com os prazos vencidos no Relatório de Gestão Interna de Gabinete e Secretaria (GIGS) do PJe;
- 7) mantido o monitoramento dos processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.8 desta Ata;
- 8) mantido o monitoramento dos incidentes processuais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;
- 9) mantida, pela unidade judiciária, com base no Ofício Circular N. GP/01/2025, a utilização do Robô RJ-9, integrante do Projeto Solária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para automatizar os lançamentos de valores arrecadados a título de contribuição previdenciária e imposto de renda, visando otimizar o tempo nas tarefas ordinatórias, garantir maior segurança nos lançamentos e, consequentemente, impulsionar a agilidade e a eficiência da prestação jurisdicional;
- 10) verificada, em até cinco dias antes da audiência, a intimação da parte autora para a sessão, nos casos em que a audiência não for designada automaticamente;
- 11) observada a adequada expedição de ofícios, bem como o recebimento de resposta às diligências/ordens deles constantes, a fim de se evitar o atraso desnecessário do processo, atentando-se, ainda, para os feitos que tramitam em segredo de justiça, de modo que não haja a exposição indevida de dados sensíveis;
- 12) adotada a sistemática do art. 825, *caput*, da CLT no tocante ao comparecimento de testemunhas;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

13) mantido o cumprimento da Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;

14) realizadas as providências necessárias para solucionar as pendências de débitos não efetivamente pagos em processos arquivados e/ou a existência de saldos em contas de processos ainda ativos, em conformidade com o Despacho-Ofício nº GCR/327/2024, constante do Pedido de Providência n. 0000362-69.2023.2.00.0503, expedido pela Corregedoria Regional;

15) registradas, no Sistema Garimpo, as movimentações dos saldos de depósitos judiciais e recursais em processos definitivamente arquivados com indicação da data, do valor e do tipo de beneficiário, em conformidade com o Glossário Resumido da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em atendimento ao Ofício TRT3/GCR n. 19/2026 e ao Ato Normativo n. 000009-38.2023.2.00.0500 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

16) informada ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) a reserva de crédito nos processos piloto, logo após solicitada por essa unidade, observando-se o sigilo (não juntar e-mail no processo), bem como efetuado o registro no BNDT;

17) diante da obrigatoriedade instituída pela Resolução CNJ n. 455, de 2022, e pela Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça, mantida a notificação inicial/citação das pessoas jurídicas cadastradas no Domicílio Judicial Eletrônico necessariamente realizada por este meio;

18) mantido o cumprimento da decisão do CNJ (PCA nº 0002260-11.2022.2.00.0000) - que exige, independentemente do número de dias em que estes atuam em audiências e sessões, a presença física dos magistrados de 1º e 2º graus na unidade por, ao menos, três dias úteis semanais;

19) indicados, pela Secretária da Vara, no mínimo, 4 (quatro) servidores para inscrição e participação nos cursos de capacitação promovidos pela Escola Judicial (EJUD) do TRT3, priorizando aqueles que abordam os temas de IGest, Metas Nacionais, Precatórios, Recuperação Judicial, PJE, Gigs e Despachos, visando ao aprimoramento da gestão processual, o desenvolvimento profissional e pessoal, bem como o alcance das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Deverá a Secretária da Vara encaminhar à Corregedoria, no prazo de 60 dias, comprovante de inscrição dos servidores nos cursos acima e, após, a participação, remeter comprovação de frequência e avaliação de cada participante;**

20) mantidos esforços para o cumprimento das metas nacionais 2026;

21) mantido o acompanhamento periódico do Painel Uai-Con, para identificação dos processos com alto potencial de conciliação, visando a otimização e o alcance das metas;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

22) envidados esforços para inclusão em pauta de processos durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, a ocorrerem em 2026. Para tanto, será indispensável o esforço e o compromisso desta unidade judiciária para que as semanas de conciliação e execução agendadas transcorram em consonância com as metas traçadas, de forma, ainda, a reafirmar a importância da solução consensual dos conflitos;

23) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o exame periódico de saúde, na data estabelecida pela Secretaria de Saúde deste TRT3, em conformidade com art. 13 da IN GP n. 21/2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2025:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos quando do exame de documentos e do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

Reitera-se, portanto, a observância das recomendações acima.

14. SUGESTÕES, ELOGIOS E REQUERIMENTOS:

14.1. Da Manifestação da 24ª Subseção da OAB/MG: Registra-se a presença do **Dr. Juliano Rodrigues Maia**, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho de Pouso Alegre, representando a 24ª Subseção da OAB/MG. O representante ressaltou que a Justiça do Trabalho é o ramo do Judiciário com maior efetividade em Pouso Alegre, elogiando a dinâmica de trabalho da unidade.

Enfatizou a importância da designação de audiências presenciais pelo **Dr. Marcelo Marques** e pela **Dra. Josiane Nunes Alves**, destacando que a modalidade presencial proporciona uma aproximação necessária entre a advocacia e a jurisdição, intensificando os relacionamentos institucionais.

14.2. Sugestão de Capacitação em Inteligência Artificial: Pelo Magistrado **Dr. Marcelo Marques**, foi apresentada sugestão no sentido de que a Escola Judicial (EJ) deste Regional promova a oferta de curso de capacitação focado na elaboração de sentenças com o auxílio de plataformas de Inteligência Artificial (IA). O magistrado destacou a importância de dotar juízes e servidores de ferramentas tecnológicas que otimizem a redação de atos decisórios, visando o incremento da produtividade e a atualização da unidade judiciária frente às novas

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

tecnologias de automação e auxílio à produção intelectual.

15. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Como participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo.

A Correição Ordinária é encerrada às 10 horas e 30 minutos do dia trinta e um de agosto de 2026, em sessão pública presencial, nos termos do Edital n. 160, divulgação no DJe 7-8-2026, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora, pelo MM. Juiz Titular da Vara, pela MM. Juíza Auxiliar da Vara e pela Secretária da Vara. Prestaram assistência direta à Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, acima nominado, a servidora Sandra Castro Christiano.

MARISTELA IRIS DA
SILVA MALHEIROS:35980

Assinado de forma digital por MARISTELA
IRIS DA SILVA MALHEIROS:35980
Dados: 2026.08.29 17:10:47 -01'00'

Maristela Íris da Silva Malheiros
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

MARCELO
MARQUES:11543
6

Assinado de forma digital por
MARCELO MARQUES:115436
Dados: 2026.10.05 18:08:45
-03'00'

Marcelo Marques
Juiz do Trabalho Titular da Vara

c8471f25-
d7f4-4543-99fc-58fe
708094f3

Assinado de forma digital por
c8471f25-
d7f4-4543-99fc-58fe708094f3
Dados: 2026.10.06 10:59:47 -03'00'

Josiane Nunes Alves
Juíza do Trabalho Auxiliar

KELEN MARIA DE
OLIVEIRA:30837690

Assinado de forma digital por KELEN
MARIA DE OLIVEIRA:30837690
Dados: 2026.10.02 16:25:10 -03'00'

Kelen Maria de Oliveira
Secretária da Vara do Trabalho

Mozart Secundino
de Oliveira Júnior

Assinado de forma digital por
Mozart Secundino de Oliveira
Júnior
Dados: 2026.09.16 09:19:43 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria